

Bolsonaro tentou sabotar combate ao coronavírus, diz ONG

A organização não governamental Human Rights Watch (HRW) publicou nesta quarta-feira (13/1) a nova edição do seu relatório anual sobre a situação dos direitos humanos em 100 países. Em um capítulo dedicado ao Brasil, o presidente Jair Bolsonaro foi duramente criticado por sua postura diante da epidemia do novo coronavírus.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



ONG dedicou um capítulo do relatório ao Brasil
Marcelo Camargo/Agência Brasil

De acordo com a HRW, Bolsonaro só não conseguiu sabotar as políticas de enfrentamento à Covid-19 por causa do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e da atuação de governadores.

"O presidente Jair Bolsonaro tentou sabotar as medidas contra a disseminação da Covid-19 no Brasil e impulsionar políticas que comprometem os direitos humanos. O Supremo Tribunal Federal e outras instituições democráticas foram forçadas a intervir para proteger esses direitos", afirma trecho do relatório.

"O presidente minimizou a Covid-19, que [ele chamou de 'uma gripezinha'](#); se recusou a tomar medidas para se proteger e proteger as pessoas ao seu redor; disseminou [informação enganosa](#); e [tentou impedir](#) os estados de impor regras de distanciamento social. Sua administração [tentou ocultar](#) os dados da Covid-19 do público. Ele [demitiu](#) seu ministro da Saúde por defender as recomendações da Organização Mundial da Saúde e [o ministro substituto desistiu](#) em oposição à defesa [feita por Bolsonaro] a um medicamento não comprovado para tratar a Covid-19", prossegue a HRW.

O relatório destaca, ainda, decisão do Supremo Tribunal Federal [que ordenou o fim da superlotação](#) no sistema socioeducativo Brasileiro e um [projeto de lei aprovado pelo Congresso](#) e sancionado por Bolsonaro que obriga o governo a fornecer atendimento médico emergencial e outras formas de assistência para ajudar indígenas a lidarem com a epidemia.

Desmatamento

O governo federal não foi criticado somente pela atuação frente ao coronavírus. O relatório da HRW

também destacou os problemas na política ambiental de Bolsonaro, como o enfraquecimento da fiscalização ambiental.

"Desde que assumiu o cargo, em janeiro de 2019, o governo Bolsonaro enfraqueceu a aplicação das leis ambientais. Em abril de 2020, após uma operação contra a mineração ilegal, [o governo removeu](#) as três principais autoridades do maior órgão ambiental do país. Em outubro de 2019, o Ministério do Meio Ambiente [implementou novos procedimentos](#) estabelecendo que multas ambientais não precisam ser pagas até que sejam revistas em 'audiência de conciliação'. Agentes ambientais emitiram milhares de multas desde então, mas o Ministério havia feito apenas cinco audiências até agosto de 2020", prossegue.

Sobre o Pantanal, o relatório lembra que o fogo queimou mais de um quarta do bioma até outubro de 2020. "A Polícia Federal e os promotores acreditam que grandes proprietários de terras atearam fogo ilegalmente para limpar terras para o gado", diz a organização.

Liberdade de expressão

Sobre a liberdade de expressão, o relatório destaca que em março do ano passado [o presidente tentou suspender os prazos](#) para que órgãos e entidades do governo federal respondessem aos pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação. [O intento acabou barrado](#).

A HRW também falou do relatório confidencial sobre cerca de 600 policiais e três acadêmicos identificados como "antifascistas". [A coleta de informações foi barrada](#) pelo Supremo Tribunal Federal.

"Desde que tomou posse, o presidente Bolsonaro, autoridades de seu governo e outros políticos aliados ao governo proferiram ataques a jornalistas mais de 400 vezes, de acordo com a Artigo 19. O presidente [ameaçou um jornalista](#) em agosto de 2020, afirmando que queria 'encher tua boca de porrada'. Seus apoiadores [atacaram repórteres](#) durante manifestações em frente ao palácio presidencial, o que fez com que diversos veículos de imprensa [suspendessem a cobertura](#) nesse local em maio".

Outros temas

O relatório também aborda a política de segurança pública do governo; os recorrentes elogios presidenciais à ditadura militar (1964-1985); os danos causados por invasões em territórios indígenas, que aumentou 135% em 2019; entre outros temas.

Date Created

13/01/2021